

INTRODUÇÃO

A família tem sido discutida sob diferentes enfoques e definições, causando, assim, muitos debates em torno de seu referencial e processo de análise. As várias disposições sobre a família existem e ao mesmo tempo se alimentam mutuamente através de diálogos opostos, colocando os pesquisadores em debates, confrontando teorias, análises econômicas e culturais, estudos diacrônicos e sincrônicos e abordagens quantitativas e qualitativas. Estes debates polêmicos têm proporcionado um crescimento de todas as áreas envolvidas, (ao rejeitarem modelos simplistas de análise.)

Todos coincidem, porém, com abordagens diferentes, na ideia da família como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas, mas que também tem, por sua vez, a capacidade de contribuir com a sociedade.

A História da Família, que no início da década de setenta se apresentava com contornos mal definidos, chegou aos anos noventa renovada, movimentando-se de uma visão limitada da família como uma unidade imóvel no tempo, para ser examinada como um processo ao longo da vida inteira de seus membros. Passou do estudo das discretas estruturas domésticas para a investigação das relações da família forte com o grupo de parentesco mais vasto e do estudo da família como uma unidade doméstica distinta para um exame da interação familiar com os mundos da religião, trabalho, educação, instituições correcionais e sociais e com os processos tais como de migração, industrialização e urbanização.

No Brasil, os historiadores da família estiveram atentos ao debate teórico que se verificava nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos, a partir dos anos setenta. Poucando nossas especificidades históricas, adaptaram e desenvolveram metodologias próprias à documentação disponível. Assim, nas últimas décadas, as pesquisas na área têm surpreendido em relação ao nosso passado e as novas visões sobre a sociedade brasileira.

1 CONCEITO HISTÓRICO DE FAMÍLIA

O termo “família” é derivado do latim “famulus” que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também escravidão legalizada.

Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe, nos tempos medievais (Idade Média), as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias.

A família vem-se transformando através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e sócio-culturais do contexto em que se encontram inseridas. Este é um espaço sócio-cultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído.

A constituição da entidade familiar é feita pela figura do marido e da mulher, se ampliando com o surgimento da prole. Sob outros olhares, a família cresce ainda mais: ao se casarem, os filhos não rompem o vínculo familiar com seus pais e estes continuam fazendo parte da família, os irmãos também continuam, e, por consequência, casam-se e trazem os seus filhos para o seio familiar.

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laços de sangue ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência e a afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento.

1.1 CONCEITO ATUAL

“O conceito de família não é um conceito unívoco para todas as épocas e culturas, pelo que podemos apreciar substanciais diferenças transculturais entre os membros da família que se sentem parte dela, assim como papéis e funções esperados de cada um e da família de seu todo.” (GIMENO, 2001).

Hoje, observa-se a prevalência da igualdade e liberdade dentre os membros da família em detrimento do regime patriarcal, as mulheres e os jovens trabalham para seu próprio sustento e complementação do orçamento familiar.

A família pós-moderna tem pouca interação entre seus membros, mas suas funções estão remodeladas com base na igualdade de direitos entre homens e mulheres e a não discriminação entre filhos.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para o direito de família brasileira, pois através dela o conceito de família, que até então apenas compreendia aquela formada pelo matrimônio, passou a ter uma maior abrangência, alcançando as uniões estáveis e famílias monoparentais.

O conceito de família baseado na comunhão matrimonial era na verdade, um instituto preocupado consigo mesmo, na sua manutenção e não na plena realização pessoal de seus membros, uma vez que o matrimônio era a única forma aceita e tida como legal de entidade familiar, bem como politicamente correta a sua manutenção assegurada a qualquer custo, sendo a dignidade pessoal de cada um de seus membros, elemento que não importava.

Visava-se manter a paz, o equilíbrio, segurança e coesão formal da família, mesmo que seus integrantes não estivessem felizes e satisfeitos.

Com a Lei Maria da Penha, definitivamente o conceito de família foi mudado, atualizado, segundo o art.5, inciso II 3, sendo formada não apenas por aqueles que são aparentados, ligados biologicamente, mas também aqueles que estão juntos por afinidade, vontade expressa.

Direito não deve decidir de que forma a família deverá ser constituída ou quais serão as suas motivações juridicamente relevantes (...) Formando-se uma que respeite a dignidade de seus membros, a igualdade na relação entre eles, a liberdade necessária ao crescimento individual e a prevalência nas relações de afeto entre todos, ao operador jurídico resta aplaudir, como mero espectador. (CARBONERA, 1999, p.23).

Assim, todo o agrupamento que tenha o afeto como elemento norteador deverá ser reconhecido como família.

1.2 FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal Brasileira diz que a família é a base da sociedade e goza de proteção especial do Estado, e para efeito dessa proteção, reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, entendendo como sendo também parte dessa entidade, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, §§ 3ª e 4ª, da CF/88).

1.2.1 CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL

Conforme mostra Diniz (2008), a CF/88, o CC e a lei nº 9.278/96 sobre a União Estável que regulamenta o § 3ª do art. 226 da Carta Magna, reconheceram como família a decorrente de matrimônio e como entidade não só a oriunda de união estável como também a comunidade monoparental formada por qualquer dos pais e seus descendentes independentemente de existência de vínculo conjugal que a tenha originado.

Segundo Cutsem, o casamento é um processo de definição relacional legitimado socialmente. A inscrição é feita através de rituais: noivado, celebrações nas cerimônias de casamento civil e religioso, lua-de-mel, aniversários de casamento (bodas de ouro, de algodão, de diamante, de estanho...)

1.2.2 POR QUE AS PESSOAS SE CASAM

Para a Antropologia, o casamento está dissociado da satisfação das necessidades sexuais. O casamento existe para legitimar a prole, para dizer qual é o lugar que aquele filho ocupa, qual é a posição da criança que vai nascer.

Segundo Guerra, o casamento existe para legitimar a relação com os filhos e não para legitimar a relação do homem com a mulher e as relações sexuais.

1.3.1 SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO

Quando se verifica a separação e o divórcio de um casal, são rompidos vínculos relacionais. Neste momento, não é apenas o casal que sofre, para os filhos, o momento da separação é particularmente doloroso e, muitas fantasias podem se estabelecer. Surge o sentimento de que os laços familiares serão rompidos e que a relação familiar acabará. Tudo se intensifica quanto mais se tentar ocultar da criança as informações e razões para tal decisão.

Não é incomum que, nesse momento, as crianças sejam colocadas no meio do conflito como testemunhas, como juízes ou ainda como "armas" para ferir o outro cônjuge, de forma a intensificarem os seus sentimentos. Nesses casos, os filhos são usados, conforme Cárdenas (*in* Breitman e Porto, 2001, p. 81) para a manutenção do litígio.

1.3.2.1 PADRASTO E MADRASTA

Segundo Marisa Micheloti, psicóloga e educadora sexual, padrastos e madrastas, devem assumir um novo papel e não tentar ocupar o papel do pai ou da mãe.

Nos dias de hoje temos uma nova visão sobre esse contexto e percebemos que os papéis de padrasto e madraستا estão muito presentes nas relações humanas. O desenvolvimento do papel de padrasto ou madraستا não é algo tão natural, mas pode não ser muito desconfortável, se o indivíduo que o estiver desenvolvendo, tiver consciência de que para a criação de um novo papel, necessita-se de um desenvolvimento paulatino de ambos os lados. Quando se fala de papel temos do outro lado um contrapapel. Portanto, falamos nesse caso de uma relação que envolve duas ou mais pessoas, ou seja, o desenvolvimento de um novo vínculo.

Para os novos relacionamentos que sugerem esse papel, há a necessidade de se reinventar e criar uma adaptação para as pessoas que estão envolvidas.

Papernow, um estudioso de famílias, cita que uma família formada em torno de um recasamento leva entre cinco a sete anos de coragem, compreensão e apoio para que seja possível existir a proximidade e a autenticidade, para que o padrasto, madrasta e enteado possam se sentir integrantes de uma mesma família. Essa é uma história para se escrever juntos: padrastos, madrastas e enteados, pois é um momento de novas histórias e grandes possibilidades de conquistas. É a chance de uma inserção saudável nesse novo processo de formação familiar e social.

2 O GRUPO FAMILIAR

Para a maioria das crianças a família é o primeiro quadro institucional de desenvolvimento. A importância do meio familiar decorre de duas características. A sua posição cronológica, ou seja, a família é o primeiro meio de vida da criança, o lugar de suas primeiras emoções, de suas primeiras trocas; os membros da família são os primeiros “outros” aos quais o recém-nascido será confrontado. É neste primeiro meio que se vai construir o fundamento da sua organização de personalidade e comportamentos. E o tempo durante a qual constitui o principal meio de pertença. À medida que a criança cresce, integrará outros meios, outros grupos (a creche, a escola, etc.). Isto não impede que a referência à família permaneça como essencial. Dada a estabilidade de alguns dos seus comportamentos, o meio familiar expõe o indivíduo à repetição de situações mais ou menos iguais. Estas duas características, duração e repetição, contribuem para acentuar a importância do grupo familiar.

3 AS FUNÇÕES DO MEIO FAMILIAR

A família exerce suas funções em sete áreas básicas, a saber:

- * Econômica - cabe aos pais a manutenção de sua prole.
- * Doméstica e de cuidados com a saúde - oferecer abrigo, alimentação, cuidados com a higiene e saúde.
- * Recreação - propiciar aos filhos momentos de lazer.

- * Socialização - desenvolver nos filhos a capacidade de se relacionar em outros grupos.
- * Autoidentidade - oferecer aos filhos noção de realidade e consciência dos limites: Quem sou? Qual o meu valor?
- * Afeição - oferecer afeto, possibilitando aos filhos desenvolver a capacidade de amar a si e aos outros, de expressar emoções.
- * Educacional/Vocacional - preparar sua prole para ser no mundo.

A primeira função do meio familiar é a consequência do estado de imaturidade e inaptidão do recém-nascido, da sua dependência e da sua fragilidade durante os primeiros anos de vida. A família deve fornecer-lhe os cuidados necessários à sua sobrevivência, tanto física quanto psíquica. Deve apoiar o seu primeiro desenvolvimento protegendo-o das agressões. O conjunto de comportamentos que se prendem com esta função foi denominado de “maternage”, na medida em que, eram as mães que cumpriam exclusivamente esta função. A evolução da sociedade leva a que esta função seja hoje qualificada de “parentage” e tem-se vindo a afirmar a igualdade dos dois pais com respeito a ela. De uma maneira geral constatamos que os pais de hoje envolvem-se mais do que antigamente em comportamentos que respondem a esta função: dar alimento, mudar as fraldas, prestar a rotina de cuidados aos menores.

Uma segunda função da família consiste em abrir a criança para a vida humana com toda a sua dificuldade, em acompanhar a sua integração no meio social. A família é o lugar de múltiplas aprendizagens. A criança aprende aí a utilizar tanto objetos, quanto sinais (linguagem particular). É na família que a criança encontra situações e problemas, aos quais aprende a desenvolver os seus comportamentos adaptados. Como foi dito, os membros da família são os primeiros “outros” que a criança encontra, sendo com eles que estabelecerá os seus primeiros laços afetivos. É na família, também, que fará as suas primeiras experiências de prazer e dor, de amor e ódio. Os membros da família constituem, assim, um primeiro grupo social, um sistema no qual cada um possui uma função e um papel. Nascida

num grupo determinado, a criança se constituirá como indivíduo social tendo uma função e um papel.

Outra função do grupo familiar é o da aculturação, de transmissão das representações e dos valores coletivos. Cada grupo familiar se inscreve numa sociedade que possui e difunde um sistema de valores, sendo que a sociedade não é “uma”, e sim cada família ocupa uma posição específica, dado o seu poder econômico e cultural, as suas origens étnicas, as suas opções políticas e crenças religiosas. Cada grupo familiar tem um sistema de valores específico, influenciado pelos diferentes grupos de pertença, sendo este o primeiro sistema de valores transmitido à criança através das atitudes educativas dos membros da família a seu respeito. A criança construirá, assim, uma primeira hierarquia de valores e as suas primeiras representações, inteiramente dependentes do sistema de valores do seu grupo familiar.

4 DINÂMICA INTERNA DAS FAMÍLIAS

4.1 CAMPO DO FUNCIONAMENTO INTERNO FAMILIAR

As famílias repetem padrões ao longo de sua história, como forma de manter a estabilidade, protegendo-se de desvios e mudanças, o que pode ser positivo quando seus membros conseguem ser flexíveis e criativos, abertos à troca com o meio, buscando maior qualidade de vida.

Estes padrões de conduta, ou indicadores de caminhos a seguir na própria vida, são sustentados e fortalecidos pelas crenças passadas de geração a geração. As pessoas dentro do grupo familiar podem ou não continuar perpetuando estas crenças, acreditando que os referenciais indicados servem como parâmetros para guiar seu caminho pessoal, principalmente na transição entre juventude e vida adulta.

Em alguns casos, a oposição e a busca de mudanças liga-se a um efetivo bem-estar, principalmente quando existem padrões que, ao serem repetidos, adquirem características negativas, pois impõem aos membros da família condutas sintomáticas que acabam perpetuando situações problemáticas.

Ocorrem, então, situações nas quais os padrões que regem uma família são discordantes dos pressupostos externos, gerando estresse e provocando situações de conflito.

A teoria sistêmica de família enfatiza que mudanças em uma das partes do sistema familiar acarretam mudanças em outras partes. Nesta medida, pode-se supor que mudanças nos papéis e padrões dos jovens ocasionam mudanças no sistema familiar. Um conceito bastante utilizado pela teoria sistêmica é o de diferenciação, proposto por Murray Bowen, que define o processo de diferenciação, na análise dos sistemas familiares, como a capacidade para o funcionamento autônomo, estendendo, assim, o enfoque da pessoa ao contexto familiar. O oposto à diferenciação é a fusão, que indica dependência, aglutinação e indiferença.

Segundo esse autor, pessoas diferenciadas conseguem ter consciência de si, opiniões próprias, capacidade de decisão, conseguindo dar-se conta de seus sentimentos e pensamentos e, cientes de suas crenças, agir conforme estas.

Na fusão, estas capacidades ficam limitadas pela dificuldade da pessoa de distinguir seus sentimentos de seus pensamentos, bem como selecionar o que é próprio de si mesma do que assimila do outro. Para que a pessoa consiga alcançar sua autonomia, elaborando adequadamente seus sentimentos em relação ao grupo familiar, esta ansiedade precisa ser compreendida e, para isto, a sua história familiar deve ser enfocada, pois padrões e crenças sobrevivem por várias gerações, e com consequências ininteligíveis para a mesma.

Assim, se levarmos em conta que as famílias se estruturam a partir de relações de autoridade e poder, interpostas por afetos, nas quais as pessoas ocupam posições hierárquicas, com direitos e deveres, é possível criar o papel de cada membro do sistema familiar, homens-maridos, mulheres-esposas e crianças-filhos, bem como as representações de cada um dentro de cada grupo, em função da classe social de origem.

De acordo com Sarti (1989), quanto mais árdua for a condição de vida e mais limitadas as possibilidades e os meios de sobrevivência do grupo familiar, mais rígida é a divisão de papéis e menor é o espaço para a individualização. Em geral,

pode-se dizer que do homem-marido espera-se que seja o provedor, ou seja, que dê conta de atender às necessidades básicas de sua família e que "cumpra" uma presença moral como marido e pai, conferindo respeitabilidade ao grupo doméstico (Agier, 1990; Sarti, 1989).

Vemos que para a população pobre, a representação a respeito de homem digno e respeitável, associa-se à noção de trabalhador. Essa característica seria o centro da organização da identidade masculina, tanto social, quanto pessoal. "Porque é trabalhador, sujeito adequadamente inserido em uma ordem social estabelecida pode realizar de modo satisfatório, outros aspectos da identidade social...", como ser marido, pai e amigo, por exemplo, (Romanelli, 1997, p. 32).

A importância do trabalho para essas famílias deve-se, ao seu aspecto instrumental, uma vez que provem dele os rendimentos necessários para a sobrevivência do grupo doméstico. Por outro lado, paira a representação de que o trabalho "enobrece", "dignifica", estabelecendo fronteiras simbólicas entre os trabalhadores e os ociosos (Romanelli, 1997; Sarti, 1989; Zaluar, 1985). Dentro desta perspectiva, pode-se compreender que certos comportamentos como os de violência ou alcoolismo, por parte do homem, possam ser tolerados dentro da família, desde que ele "permaneça" trabalhador (Sarti, 1989). Os "vícios" só são combatidos quando, de algum modo, prejudicam o homem no desempenho de suas obrigações para com o lar (Zaluar, 1985).

Como no dia a dia a atuação deste trabalhador gera resultados insatisfatórios, pouco a pouco ele transforma-se em elemento fracionado da imagem que o homem das classes populares tem de si mesmo, o papel de marido, dentro das famílias pobres, é bastante pesado, causando instabilidade matrimonial para essa população, tendo em vista os comportamentos de desistência, pânico e fuga, decorrentes de uma derrota social.

Com relação às mulheres-esposas das classes populares, a expectativa de integrarem, econômica e/ou profissionalmente a sociedade é pequena, pois a socialização, nesses segmentos, favorece seu desenvolvimento e atuação na esfera privada, o que se contrapõe à necessidade imperativa de fazê-lo para um número

significativo delas (Agier, 1990). O elemento que sintetiza a identidade pessoal e social do homem é o trabalho, enquanto que para a mulher é a maternidade.

Além disso, a identidade feminina fundamenta-se igualmente na respeitabilidade de uma condição familiar estável, oriunda de uma união formal ou informal, e, neste sentido, ela depende do homem. A ausência do marido, pai de seus filhos, faz-se notar não apenas pela "falta do provedor, mas pela importância da figura masculina como garantia de uma imagem exterior de respeitabilidade da família" (Sarti, 1989).

A mulher é responsabilizada pelo bom funcionamento da casa, pelas condições que manterão o marido no trabalho e pelo cuidado e bom comportamento dos filhos. Daí o peso de ser mulher tanto em casa como moralmente. "Dela depende a reprodução da família dentro de um padrão desejado de moralidade" (Sarti, 1989).

Os arranjos culturais para essas mulheres, separadas ou abandonadas, são sempre provisórios, em virtude da esperança que elas empreendem para poderem atualizar o modelo de família e "ter um homem em casa". Enquanto esperam, essas mulheres buscam a presença contínua de outras figuras masculinas na cena doméstica, geralmente a elas ligadas por laços de consanguinidade. Essa atitude visa uma espécie de "apadrinhamento" para seus lares e, embora tal proteção, ou ajuda, nem sempre seja eficaz, caracteriza-se como uma das estratégias de sobrevivência feminina (Fonseca, 1987).

Apesar do apoio que eventualmente recebem na rede social onde está inserida, a ausência do marido ou companheiro obriga muitas mulheres a procurarem pela inserção no mercado de trabalho. Como elas não têm uma formação profissional, a possibilidade de empregos é pré-limitada e, geralmente, condiz com a execução de tarefas de cunho doméstico, pouco valorizadas no mercado de trabalho (Agier, 1990).

É claro que muitas mulheres das classes populares trabalham mesmo casadas. Neste caso, suas atividades são consideradas apenas "uma ajuda". "A luta" para prover a família é vista como simbolicamente masculina. Na prática,

entretanto, quando "a ajuda" da mulher assume uma dimensão muito grande, as relações de poder dentro do âmbito familiar podem se alterar, gerando conflitos (Romanelli, 1997).

Já na criação dos filhos, o que figura-se sobre a maternidade é que a mãe deve ser "zelosa". Na prática, entretanto, a necessidade de conciliar o cuidado com os filhos e uma série de obrigações principalmente quando a mãe "trabalha fora", faz com que ela recorra a determinadas estratégias. Primeiro, ela educa os filhos para cuidarem de si mesmos o mais rápido possível. É preciso ressaltar que, desde muito cedo, os filhos das famílias pobres participam dos deveres familiares responsabilizando-se pela realização de pequenas tarefas ou trabalhos, sejam domésticos ou não, perdendo, assim, suas regalias na medida em que estejam em condição de "trabalhar ou ajudar em casa", entrando de forma inesperada no mundo dos adultos e do trabalho. Essa passagem caracteriza o que Ariès descreveu como "infância de curta duração".

Não é raro, também, que em algumas situações de maior dificuldade ou precariedade, os filhos sejam confiados temporariamente a instituições de guarda (Sarti, 1995). Isso não significa um desapego materno, mas sim um padrão pragmático-cultural que "permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criar os filhos..." (Sarti, 1995, p.9). Provavelmente tal prática favoreça o estabelecimento de apego e de demonstração afetiva, diferentes das relações em que existe maior estabilidade nas trocas entre os membros da família.

Assim, no que se refere às crianças de classes populares, pode-se imaginar que ao longo de suas vidas elas "circulem" entre diferentes unidades domésticas e ambientes diversos, interiorizando diferentes modelos de conduta, muitos deles, contraditórios e ambíguos (Romanelli, 1997; Sarti, 1995).

De forma geral, é nesse contexto de condições precárias e de instabilidade, permeado por valores e significados próprios, relativos à infância e às práticas educativas, que a "criança pobre" se desenvolve e tem sua identidade estruturada.

5 TIPOS DE FAMÍLIAS

Família Patriarcal: O modelo patriarcal pressupõe, segundo a historiografia, algumas premissas como a visão de uma sociedade dividida entre *senhores* e *escravos* (*dominantes* e *dominados*). Este conceito analítico seria definido principalmente por correntes historiográficas de tendências marxistas. Outra premissa seria a de que a escravidão teria desvirtuado o comportamento familiar do modelo ibérico e a última que a família brasileira seria uma adaptação ao sistema colonial, ou seja, resultado de um processo singular de criação de um determinado tipo de estrutura social.

Família Nuclear – Dona-de-casa, marido ou companheiro e filhos do casal ou de um deles.

Família Uniparental – Dona-de-casa ou dono-de-casa e filhos.

Família Alargada — Dona-de-casa e/ou marido, companheiro, filhos, parentes e amigos (agregados).

Sem Família – Pessoas que moram sozinhas.

Família fechada em si mesma e defensiva: centrada na mãe, tolerando tudo o que o filho faz. Compensa as dificuldades com superproteção e a frase mais comum é essa. "Mamãe vai resolver isso". Filhos têm sempre razão e as culpas são atribuídas às pessoas fora da família. Alerta: pais que não dão oportunidade para filhos resolverem problemas acabam criando filhos dependentes.

Família Superprotetora: figura predominante é o pai. A família toma o lugar do filho quando ele tem dificuldades. O jovem ganha tudo e não precisa lutar por nada e a frase mais usada é esta: "Nos damos tudo do bom e do melhor". Na verdade, os filhos mandam e os pais obedecem. Já o filho super protegido, protela a entrada para a fase adulta e acaba encarando a vida de maneira infantil. Demora mais para montar a própria casa, trabalhar, casar, ter independência.

Família Ausente: Pais brilhantes, bem sucedidos, mas ausentes. Filho sente-se sozinho e os pais inalcançáveis. Não há ligação forte de sentimento. Os pais trabalham muito, dão tudo ao filho, menos atenção e carinho.

6 VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR

Segundo a psicóloga Marli Kath Sattler, falar em violência familiar implica dizer que há um desequilíbrio de poder na relação entre pessoas com vínculo, relativamente, estável, ou seja, que algum membro da família está fazendo uso do poder para controlar a relação à força, de uma forma tal que provoque danos psicológicos ou físicos na outra pessoa.

A violência familiar tem como combinação três fatores principais: o cultural, o social e o pessoal. O fator cultural cultiva "a santidade" e privacidade do lar, oferece estereótipos quanto a questões de gênero, colocando o que é aceitável em termos de papéis masculinos e femininos: "homem não chora, homem é corajoso, homem não aceita afronta sem brigar". Cultiva-se assim, o não acesso aos seus sentimentos de tristeza, medo, ansiedade, validando a agressividade como o mais aceitável. E, como reforço, tem colocado também o sucesso profissional na base da identidade pessoal masculina. Já nas mulheres a cultura estimula o acesso aos sentimentos, à empatia, à adaptação e ao cuidado dos outros, colocando a felicidade da família na base da identidade pessoal feminina. Embora estejam ocorrendo mudanças nestas questões, muitas famílias ainda reproduzem estes estereótipos de forma mais intensa que outras.

O fator social, através do desemprego, lista de demissões, doenças, dificuldades econômicas, aumenta o stress das pessoas, elevando a frustração e o sentimento de incompetência. O fator pessoal resulta principalmente das experiências infantis e reprodução da identificação com a forma com que as relações familiares são vividas.

Há vários tipos de violência na família, as quais podemos citar: o abuso sexual a crianças e adolescentes, bem como a violência conjugal onde o agressor é predominantemente masculino. Já nos outros tipos de violência como maltrato a

crianças e adolescentes, negligência, testemunha de violência, e violência ao idoso, o agressor pode ser tanto masculino quanto feminino.

7 FAMÍLIA HOJE

7.1 BASE EDUCAÇÃO

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego, 2003). Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

7.2 PORTO SEGURO

A maioria de nós tem uma família, mais a metade não dá valor a ela, trocam seus familiares por qualquer coisa ou pessoa, e mesmo assim, eles nunca nos deixam, estão lá sempre que se precisa, seja qual for à adversidade, quando todos viram as costas, quando ninguém parece nos dar valor, eles, os familiares, estão lá.

Não a coisa melhor que o carinho da família, estar rodeado das pessoas que não se importam com seus defeitos, apenas te aceitam, do jeito que você é, e nunca te cobram nada além de um abraço, querem sempre o melhor para você e mesmo que você não entenda no momento, discuta com eles, os ignore por algum tempo,

eles sempre estarão lá, esperando por você de braços abertos para te dizer: “Calma meu filho, vai ficar tudo bem”, ou te encorajar a seguir em frente, a nunca desistir, lutar com todas as tuas forças.

Há também, aquelas pessoas que durante a vida você agrega a essa família, os amigos de verdade, aqueles que nunca te deixam na mão, quando você mais precisa, não precisa nem chamar, parece que eles adivinham que você não está bem, às vezes só de te ouvir falar, por um olhar, e nunca te cobram nada por isso, só querem teu bem, e isso basta como recompensa pra eles. Família é tudo, é nosso porto seguro.

7.3 ABUSO/MAUS TRATOS

Abuso é uma forma de maus tratos, em que a criança sofre agressões que podem ser de caráter físico, psicológico ou sexual.

O abuso físico é o que há agressões físicas como bater, queimar, empurrar entre outros; o abuso emocional é mais difícil de identificar, porém pode causar problemas graves no desenvolvimento da criança. Inclui ataques verbais, insultos, ridicularizar ou inferiorizar a criança e até alguns castigos, como fechá-la em um quarto escuro.

7.4 NEGLIGÊNCIA

Negligência é o fato da família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento de pais ou responsáveis quando falham no alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicar, educar e evitar acidentes. Tais falhas só poderão ser consideradas abusivas, quando não são devidas à carência sócio-econômica (Brasil, 1993).

A negligência pode se apresentar como leve, moderada ou severa. A tratada como leve seria o caso da criança que vive em um lar desregrado, sem horários para alimentação entre outros; a moderada pode ser entendida como o descuidar da

higiene da criança em um dado momento e, este descuido gerar uma doença e a negligência grave seria o fato dos pais não mandarem as crianças para a escola, não cumprirem ordens médicas e o abandono parcial ou temporário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluí-se que por meio da afetividade e do diálogo, quem sabe, as famílias consigam apoiar seus filhos em suas primeiras frustrações e outras que surgirão ao longo de sua infância e juventude, ajudando-os a encontrarem soluções para as suas dificuldades.

Tendo a família um papel essencial como mediadores de futuras gerações, durante a construção de relacionamentos, reflexões sobre sentimentos e lições de vida, espera-se que ao entrarem na fase adulta seus filhos tenham facilidade na superação das dificuldades que possam surgir nos aspectos da vida: afetiva, profissional e pessoal, conseguindo obter sucesso e serem felizes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revista Don Domênico – 2ª Edição – Outubro de 2009; por: Luciene Maciel de Moraes Santos – disponível em: http://www.faculdaadedondomenico.edu.br/revista_don/artigo6_ed2.pdf acesso em 26/03/2012 às 15:15 horas

Domus – Centro de Terapia de Casal e Família – disponível em: http://www.domusterapia.com.br/principal/ShowSecao.asp?var_chavereg=47 acesso em 19/03/2012 às 10:45 horas

Dr. Jorge Lordello, disponível em: http://tudosobreseguranca.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=187&Itemid=134 acesso em 15/03/2012 às 10:52 horas

Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida – Marina Rezende Bazon – disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2000000100004 acesso em 23/03/2012 às 11:54 horas

In Baudier, A. Céleste, B., Le développement affectif et social du jeune enfant, Nathan Université, 2002. Tradução de Maria Teresa Sá. – disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/45467434/o-Grupo-Familiar> acesso em 26/03/2012 às 12:23 horas

Marisa Tayra Teruya – disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf> acesso em 20/03/2012 às 10:15 horas

AZEVEDO. Maria Amélia; GUERRA. Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ª ed., Editora Cortez. São Paulo, 2000.

BAUMAN. Zygmunt. **Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 2004.

CUSTEM. Chantal Van. **A família recomposta, entre o desafio e a incerteza**. Instituto Piaget, 2001.

FONSECA. Cláudia. **Família, fofoca e honra.** Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª ed. UFRGS Editora. Porto Alegre, 2004.

GIMENO. Adelina. **A família, o desafio da diversidade.** Instituto Piaget, 2001.